

## 7 Considerações finais

A construção deste trabalho de pesquisa teve três categorias, consideradas centrais para condução da pesquisa: gestão pública, a intersectorialidade a territorialização, tornando-se elas assim, elementos fundantes do processo investigativo.

As contribuições teóricas e a pesquisa de campo foram imprescindíveis na definição de outras categorias, na perspectiva de conseguir realizar, com mais abrangência a análise da política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Nesta linha de raciocínio sistematizamos os dados de forma que desse maior clareza dos temas e subtemas abordados. Portanto as categorias foram organizadas em Eixos Temáticos e em paralelo, as categorias detalharam-se em tópicos de análise.

Optou-se, primeiramente, por estudar a gestão da política pública procurando a apreender suas mudanças, ao longo da história, na administração pública brasileira, muitas vezes decorrente dos processos políticos e econômicos gerados pelas crises do capital. As crises, conseqüentemente, acabam por influenciar na forma e na qualidade das políticas básicas ofertadas ao cidadão. O Estado passa a ter características desse estado de crise.

Na crise capitalista de 1929, o Estado para contê-la a estruturou um modelo de regulação econômica e social que ao mesmo tempo em que contribuía para expansão do capital, possibilitava expansão do pleno emprego e consumo de massa. Isso deu base para a economia fluir, ter pacificação e satisfação da massa trabalhadora e possibilitar a organização do Estado Social. Este vai se expressar pela expansão dos direitos sociais e civil.

Mas a sociedade vivencia constantes crises do capital e medidas anticíclicas do próprio capital. Após a superação de uma crise se sucede outra crise. O capitalismo não só acumula riquezas, mas uma variedade de conseqüências humanas ao capital humano.

Novamente, nos anos 70 se arrebatava outra crise do capital que teve como medida de controle a minimização do papel do Estado e o retrocesso na garantia dos direitos trabalhistas através da política de corte neoliberal. Esta política tornou-se hegemônica em todos os países capitalistas com forte redução da intervenção do Estado nas políticas sociais. A oferta de políticas sociais fica marcada pela perspectiva seletiva e focalizada sob uma ótica de dominação e ações globais em detrimento da participação da população. Os direitos sociais tem relação intrínseca com as ações capitalistas, pois constitui uma relação de dependência na produção das relações sociais.

Este panorama propagado pela globalização que se constitui como um padrão global de relações humanas que leva a ocorrência da sobreposição dos países capitalistas centrais sobre os países de capitalismo periférico.

Então, a globalização como novo paradigma do mundo do trabalho e das relações sociais, e principalmente do acúmulo do capital chega ao Brasil, ancorado no neoliberalismo, no Governo Collor (anos 1990). Perdura na proposta de reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC que desponta como um novo modelo de gestão pública. Este modelo se caracteriza como gerencialista e se fundamenta na incapacidade administrativa do Estado vigente que precisa se apropriar de instrumentos técnicos empresariais na condução de planejamento institucional com foco em produtividade.

A proposta do governo do FHC de reforma do Estado teve embasamento no discurso da ingovernabilidade, de uma máquina administrativa inoperante que requeria uma renovação na forma de gestão dos bens e serviços públicos. Com isso, a reforma do Estado toma caráter de modernização: absorvendo ferramentas de práticas empresariais na condução da “coisa pública” dando maior ênfase na estabilização econômica e destinando a execução das políticas sociais para as instituições terceirizadas. Assim, investe-se na privatização das políticas sociais, tornando-as descontínuas de cunho focalista e seletista. Por estas características, há um entendimento de que a proposta se configurava, muito mais, como uma contra reforma do Estado brasileiro, pois não há um fortalecimento da sua figura como provedor de bens e serviços, mas observa-se pouco investimento na área social e o Estado conduzido pela tese economicista sob a lógica empresarial de constituir relações mais competitivas.

Mas o Estado tem que ter como premissa a qualidade no atendimento, eficiência na utilização dos recursos públicos, efetividade nas ações garantidoras de direitos e eficácia nos resultados; respeitando os devidos processos administrativos (planejar, monitorar, avaliar de forma cíclica) na realização das suas políticas públicas.

A proposta de reforma não deixou mudanças significativas na administração pública, mas não se pode negar que ficaram marcas: modelos de ferramentas de gestão que quando bem utilizadas proporcionam resultados na melhoria da qualidade de vida da população. Pois, até então, pairava um modelo de gestão hierarquizado e burocrático sem focar em processos de trabalho, em qualificação de recursos humanos, sem cumprimento de direitos, mas, sobretudo por ações patrimonialistas.

O que se esperava e o se espera até hoje é uma administração pública responsável socialmente, fomentadora de políticas públicas, que o capital humano, dando respostas às demandas concebidas pela questão social.

Contudo o cenário democrático que apontou nos anos 80 a partir da Constituição Federal de 1988 constituiu uma nova forma de gestão. A perspectiva era que com os fundamentos legais presentes se consolidasse uma agenda democrática tendo os eixos descentralização e participação na formulação e implementação das políticas sociais. A Constituição Federal de 1988 é o primeiro marco legal a valorizar a descentralização de políticas públicas como um caminho para atender às demandas reais, assim como, a construção de respostas que se aproxime concretamente da realidade local e nacional. Desta forma superando ações centralizadas do Estado.

Em relação à descentralização, esta desponta no marco dos anos 90 com a concepção que o município é o local mais propício para encontrar soluções próprias às desigualdades sociais do território de forma democrática configurando políticas que resguardem as características locais. Então, as ações feitas no município representam: valorização da história cultural, política e social dos cidadãos; representa a possibilidade de interação das diversas políticas públicas com enfoque na redução dos índices de pobreza; a lógica é que os cidadãos sejam participativos na condução dos feitos políticos e na orientação do que a localidade precisa e sem perder de vista, que a sociedade democrática se constitui na prática fiscalizadora das ações políticas.

A proposta da descentralização, apesar dos 24 anos de existência legal, ainda é uma prática recente e incipiente no contexto da política pública de assistência social, ou melhor, dizendo até nas políticas sociais em geral. A intervenção comunitária no fazer político no município ainda encontra resistência e falta de estrutura física, material e organizacional para realizar os programas e projetos municipais.

A política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município, apesar de apoiada: um arcabouço legal, de disposição de orientações técnicas para condução do trabalho social, de destinação de recursos [mínimo] financeiros do governo federal, orientação técnica para regulamentar e estruturar a política, ou seja, o município recebe a política pública com todos os procedimentos elaborados, mas ele não consegue atingir seus objetivos; deixando o cidadão sem acesso aos serviços públicos de qualidade.

O investimento financeiro do governo federal nas políticas públicas de corte social é visto como pouco em vista da grande demanda local com o agravante da baixa arrecadação per capita. De outro lado, o município se coloca como impossibilitado de ampliar o investimento repassado pela União, consequentemente a garantia dos direitos sociais previstos nas normativas legais, fica prejudicada.

É importante sinalizar que os entrevistados desta pesquisa preencheram seus discursos de descrença nas ações do município. Principalmente, porque o trabalho social vem sendo executado sem base numa infraestrutura própria, sem planejamento técnico, com falta de articulação com uma rede formal, com pouco recurso humano para atender a elevada demanda, com falta de investimento financeiro por parte do município, com a impossibilidade de levar adiante a capacitação continuada, com a falta de alinhamento de discurso entre equipe técnica, coordenação e a gestão da política municipal. Especialmente, apontaram a grande dificuldade da constituição da rede intersetorial, tornando-a um algo por vir por longínquo.

A intersetorialidade, como visto é uma prática recente, considerada relevante no que tange a integralização das ações assistenciais com a perspectiva de produzir respostas às questões sociais de forma eficaz. A resolutividade das desigualdades sociais com a intersetorialidade abre um canal alternativo de

conceber as políticas públicas a partir de novas composições de atores sociais com estreita relação de diversos setores públicos. As duas categorias assim apresentadas asseguram o fortalecimento e a construção da rede socioassistencial.

Contudo essa articulação desejada, segundo o exposto na fala dos entrevistados se caracteriza pela informalidade, não havendo uma institucionalização entre as políticas sociais existentes no município, apesar de ser este um princípio registrado nas diretrizes das políticas elaboradas pelo governo federal. A utilização da rede socioassistencial se dá pelo caminho do “favor”, do imediatismo, não como integração para encaminhar, conjuntamente, os problemas que emergem.

Os entrevistados pontuaram que não há iniciativa por parte da equipe de gestão para constituição de uma rede na perspectiva de interconectar os agentes existentes tanto nas redes específicas (setores das diversas políticas sociais) com as demais redes que se formam no território em busca de intervenção social.

A territorialidade das políticas, última categoria analítica desta pesquisa, funda-se na valorização de pertencimento, abrindo a possibilidade de enfrentamento das desigualdades socioterritoriais por meio de ações coletivas em prol da democratização dos direitos sociais básicos. A territorialização da política tem sido uma estratégia de transformação da realidade social.

No entanto a execução da política pública no território estudado revela grandes percalços. Sabe-se que o desenvolvimento de ações no município é importante por proporcionar, uma concretude na abordagem redução dos problemas e no processo de formulação e implementação de políticas públicas sociais adequadas.

A pesquisa mostrou primeiro que os entrevistados sinalizaram aspectos muito mais negativos do que positivos no que tange a execução da política pública no município. Segundo que eles consideram que à política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa falta organização do serviço, há implicação política nas decisões e ações tomadas pelos gestores; sentem a deficiência dos profissionais, pontuam falta de recursos financeiros. Enfim, a estrutura da política de atendimento se apresenta comprometida.

Em verdade é inegável os avanços alcançados na forma de gestão das políticas públicas brasileiras, mas também, não pode deixar de se mencionar que ainda está presente na cultura política o ranço patrimonialista e clientelista na

execução das políticas públicas sociais. Há um elo contraditório entre o avanço e o que se deseja avançar. Pois este *avançar* tem muitos obstáculos, principalmente no que tange a municipalização das políticas públicas sociais. Para tanto se elenca alguns elementos que são linha motora de qualquer política, mas em especial aqui em questão a Política de Atendimento ao Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. São eles:

1-Destinação orçamentária municipal: não apenas como uma possibilidade dentro das receitas municipais, mas como um item da agenda pública a cumprir com rubrica de compromisso, responsabilidade pública.

2-Gestão participativa: a sociedade, através dos conselhos de direitos, com a voz e a vez popular na condução do planejamento e em todo processo de execução das políticas públicas.

3- Concretização de infraestrutura necessária para garantir qualidade e eficiência à oferta dos bens e serviços públicos.

4-Preenchimento de recursos humanos: Os governos têm legislações a cumprir e sanções para receber caso não efetivem um corpo técnico por meio de concurso público. Então, categoricamente é uma ação obrigatória que precisa ser cumprida.

5-Gestão pública eficiente: requer a realização da política pública focada em resultados. Resultados expressos em qualidade na oferta dos serviços e modificação no número real das desigualdades sociais.

6- Movimento democrático: não deixar de considerar e fortalecer a democracia como um processo em constantes conquistas. A democracia é exercida pelos sujeitos que se organizam pelas lutas de defesa na garantia dos direitos humanos.

O tema não se esgota com esta pesquisa, mas proporciona despertar para novos processos investigativos.